

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT
PROGRAMA INTERNACIONAL PARA A
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - IPEC

Projeto RLA/00/53P/USA Brasil

PA

condicionado

Resumo executivo do Programa de Ação
Para o enfrentamento do Trabalho Infantil Doméstico.

1. Título do Programa - Programa de Enfrentamento do Trabalho Doméstico Infantil em Belém-Pará - Brasil
- 2- Cobertura Geográfica
 - País: Brasil
 - Região: Norte
 - Estado: Pará
 - Localidade: Belém
- 3-Agencia Executora Responsável - Movimento República de Emaús - Centro de Defesa Da Criança e do Adolescente - CEDECA
- 4- Contribuição do IPEC: USD\$ 97,296,00
- 5- Contribuição Local:
 - Cedeca USD\$ 28,695.65
 - Save the Children USD\$ 11,304.35
 - Unicef USD\$ 18,456.52
- 6- Duração - 18 meses (abril 2002 a setembro 2003)
- 7- Data de preparação - novembro 2001 – março de 2002
- 8- Data do começo - abril de 2002

INDICE

1. ANTECEDENTES E JUSTIFICATIVA	03
1.1. Análise do Problema.....	03
1.2. Estratégias do Programa.....	05
1.3. Sustentabilidade.....	07
2. GRUPOS BENEFICIÁRIOS.....	07
2.1. Meninas e Meninos.....	07
2.1.1. Caracterização.....	08
2.1.2. Beneficiários diretos	08
2.2. Beneficiários indiretos.....	08
3. MARCO INSTITUCIONAL.....	09
3.1.CEDECA-Emaus	09
3.2. Instituições colaboradoras.....	10
4. OBJETIVOS.....	11
4.1. De desenvolvimento	11
4.2. Imediato.....	12
5. PRINCIPAIS RESULTADOS E ATIVIDADES.....	12
6. INDICADORES.....	15
7. MONITORIA.....	15
8. INSUMOS.....	16
9. ORÇAMENTO.....	24
10. Matriz A	26

1- ANTECEDENTES E JUSTIFICATIVA

1.1. ANÁLISE DO PROBLEMA

Pará, o mais populoso estado amazônico, tamanho da França, sofre a negação das suas múltiplas identidades e uma colonização e exploração interna (pelas outras regiões do Brasil) e externa (pelo capital internacional).

O Estado ocupa o 2º lugar no ranking do valor de produção mineral do país e o sétimo lugar em exportação, baseado no modelo de grandes projetos.

Porém, dados da Pesquisa Nacional de Domicílios PNAD/1996 mostram que o índice de Desenvolvimento humano (IDH) é um dos mais baixos do Brasil (0,703 versus 0,830), e que em 25 dos 143 municípios 90% da população mora em casas sem esgoto. Aproximadamente 50 municípios não possuem nenhum serviço de saúde e 82 municípios não implantaram ainda seu Conselho Tutelar, órgão essencial para a defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes.

A cultura indígena influencia marcadamente a cultura paraense. A ingenuidade de sua população ribeirinha, as relações são marcadas pela confiança um no outro, tratam-se como se todos fossem parentes; o contato com a natureza aproxima mais as pessoas, e no caso do trabalho doméstico, entregam as filhas/os sem compreender a dimensão do nível de exploração a que podem estar expostas.

O quadro referente ao trabalho infantil doméstico está inserido na teia social deprimente que a maior parte dos continentes enfrentam que é exploração de crianças e adolescentes no mundo do trabalho.

As crianças desde muito cedo, são inseridas precocemente no mundo do trabalho, concebido de um modo geral, como solução para evitar que as crianças vão às ruas; por outro, a situação de exclusão social que vivem as famílias, geralmente são famílias numerosas, subempregadas ou desempregadas, famílias onde a mulher é a única provedora, não tem condições de oferecer qualidade de vida aos filhos, as crianças se vêem obrigadas a lançar-se no trabalho para ajudar os pais e/ou responsáveis, ficando expostas a todo tipo de violação de direitos.

Quando pensamos no trabalho infantil doméstico, é mais difícil desvendá-lo, por conta da realidade oculta em que ele acontece, ou seja, no espaço privado das famílias.

Nele estão envolvidas a questão econômica-social das famílias, as relações de gênero, onde a discriminação das mulheres no mercado de trabalho é patente, raça, idade, escolaridade.

Quase sempre o contrato informal se dá entre as duas partes, aquela família que necessita colocar seus filhos para estudar, trabalhar, com remuneração ou não, com possibilidades de garantir um futuro melhor e, aquela família que geralmente possui condições e necessita da prestação de serviços, poderia contratar uma pessoa adulta, mas prefere os serviços de uma criança e/ou adolescente, seres em desenvolvimento, que desconhecem seus direitos sociais e, portanto, tornam-se "presas" fáceis de exploração.

Aí ficam expostas a longas jornadas de trabalho, sem descanso, sem lazer, muitas sem escola, ou com baixo rendimento escolar, sujeitas às diversas humilhações, às sedução sexuais por parte dos patrões, sendo-lhes negada a convivência familiar, afastada de sua cultura, de sua comunidade, sendo transferida para terceiros a educação integral que compete aos pais.

O Relatório Anual das Nações Unidas sobre a situação mundial da infância/1997 denuncia o trabalho infantil doméstico como de exploração oculta e de difícil visibilidade. Ante esta situação, o Brasil ha assumido a liderança na região adotando leis que buscam a prevenção do trabalho infantil, sua eliminação e a proteção do trabalhador adolescente: Em de

dezembro de 1998 se promulga a Emenda Constitucional No. 20 na qual estabelece a idade mínima aos 16 anos, no dia 02 de fevereiro de 2000 se ratifica a Convenção 182 e no dia 28 de junho de 2001 se ratifica o Convênio 138.

Vaz 1999¹ avalia que as meninas pobres são introduzidas no trabalho doméstico familiar desde os primeiros anos de vida, cuidando dos irmãos mais novos e ajudando nos afazeres domésticos.

Estudos recentes indicam que o trabalho infantil vem desde muito tempo ocupando a mão-de-obra de meninas. Entre 1981 a 1989 esta ocupação manteve o primeiro lugar absoluto no ranking das ocupações femininas com o mesmo potencial de ocupadas e o mesmo rendimento médio.

Lamentavelmente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE através da Pesquisa Nacional de Domicílios – PNAD, não discrimina os dados para o município de Belém, apenas proporciona amostras para a região norte e para o estado do Pará, desta forma algumas cifras disponíveis, apenas mostraram as tendências do TID no município como o maior centro urbano da região.

Em 1998, segundo dados da PNAD o Brasil, tinha um total de 4.479.388 trabalhadoras domésticas, destas 363.512 eram meninas, com idade de 10 a 16 anos, que trabalhavam como empregadas domésticas, representando 8% da força de trabalho de mulheres.

Em 1999, foi detectada a existência no Brasil de 556 mil (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio PNAD-IBGE-99), meninas empregadas domésticas com idades entre 10 e 16 anos. Este contingente é basicamente formado por meninas pobres, da raça negra e com baixa escolaridade.

Cerca de quatro de cada cinco meninas empregadas domésticas, são encontradas nas regiões urbanas.

Segundo o PNAD 1998 das 313.699 crianças e adolescentes trabalhadores da região norte, 44.476 são TID's, por outro lado no estado do Pará para a população entre 5 e 15 anos que trabalham, as TID's representam o seu 10,28% do total, isto sem somar que outros 8,92% desta mesma faixa etária realizam trabalhos domiciliares. De acordo ao mesmo PNAD estas crianças trabalham em média 42 horas semanais, caso elas tenham entre 16 e 17 anos esta média aumenta para 44 horas.

Embora não existam pesquisas que comprovem a realidade da Região Norte, inferimos que nesta realidade a unidade familiar é significativa para estas crianças. Dois pontos devem ser considerados: primeiro, as pesquisas oficiais não contemplam as áreas rurais, ribeirinhas etc.; segundo, as pesquisas realizadas nessa área, não dão conta da totalidade de crianças que se encontram trabalhando nas chamadas "casas de família", como empregadas domésticas.

Em 2000, com o apoio da Save the Children e UNICEF o Centro de Defesa Emaús realizou um estudo sobre a história de vida de 16 meninas trabalhadoras domésticas e o resultado apenas veio confirmar as hipóteses já levantadas: meninas com jornada de trabalho excessiva, com índice de defasagem escolar em média de 5 anos, perda dos vínculos familiares, negação do direito ao lazer, a saúde, sujeitas a constantes formas de negligência, abuso sexual, baixa auto-estima, etc.

A situação das crianças que estão inseridas no trabalho doméstico e que acontece nas famílias precisa sair da obscuridade e receber atenção de profissionais, instituições governamentais e não-governamentais, da sociedade em geral, especialmente para desvendar os elementos ocultos que traspassam as relações de gênero no ambiente doméstico e que influenciam a permanência de relações em situações de iniquidade.

¹ Vaz, Marlene. A menina e a Casa...Salvador BA. 1999

Apesar dos esforços do FORUM ESTADUAL e do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente na delimitação e seguimento das estratégias políticas para a erradicação do trabalho infantil precisa-se discutir as situações de violência que ocorrem dentro dos lares, sobretudo as relacionadas ao trabalho doméstico.

É necessário compartilhar com a comunidade os resultados desses debates; propor ações concretas para a contenção e/ou superação da violência; instrumentalizando-os para a identificação e formas interdisciplinares de trabalho; conhecer como se dão as relações da vida cotidiana familiar nas diferentes classes sociais; formar uma rede de intervenção, a partir de casos exemplares, numa estratégia em que possam servir de base para o trabalho articulado de todos os interessados no tema, especialmente do Conselho dos Direitos da Criança e do Fórum de erradicação do trabalho infantil em suas vertentes nacional e estadual – FORUM-PETI.

Dentro desta perspectiva o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente-Emaús propõe a execução deste projeto em parceria com as entidades e organizações comprometidas na erradicação do trabalho infantil, contribuindo para desvendar a situação de ocultamento das violações dos direitos de crianças e adolescentes trabalhadoras domésticas com ações concretas de enfrentamento da questão.

1.2. ESTRATÉGIAS DO PROGRAMA

As estratégias do programa de ação proposto buscam promover a prevenção e a erradicação do TID, através de estratégias focais de sensibilização, de implementação de serviços de atenção às TID's, de melhoria das condições de proteção à TID em idade para trabalhar através da alternância educação profissionalização do modelo de escolas de alternância, e da melhoria das condições sócio econômicas das famílias de origem, a saber:

1.2.1. Sensibilização de OG's, e ONG's: Com esta estratégia se busca fazer com que as organizações governamentais e não governamentais atentem para o problema do trabalho infantil doméstico. Trata-se de incorporar nas organizações a problemática do TID de forma a que os programas dessas respectivas organizações privilegiem alternativas de atendimento para esse público alvo, fazendo com que o trabalho infantil seja prevenido e erradicado, através do seu envolvimento nas atividades de capacitação, formação do Programa de Ação assim como sua progressiva participação nas ações que demandam a responsabilidade política e social dessas entidades.

1.2.2. Estimular a implantação de serviços de atendimento às TID e seus familiares, de forma que, a política de educação, saúde, assistência social e de defesa tenham estratégias de atendimento fazendo com que o próprio Estado esteja preocupado com o problema e intervenha para a sua solução, construindo um fluxograma de atendimento das TID's ou das crianças em via de se transformarem em TID's.

1.2.3. Desenvolver estratégias de melhoria das condições sócio familiares das TID's, através de ações de estímulo a geração de renda alternativa em parceria com a Secretaria Municipal de Economia - SECON para as famílias fazendo com que estas possam abstrair do trabalho dos filhos em idade não laboral: com estas ações se procurará estimular a comunidade a perceber outras formas de subsistência que não o trabalho infantil doméstico, através de pequenas oficinas realizadas em parceria com órgãos públicos, assim como, subsidiar as famílias sobre a possibilidade de acesso a micro créditos.

1.2.4. Incentivar a implantação em um município de um modelo de escola de alternância que combina educação formal com profissionalização: com esta estratégia se buscará implantar ações de incentivo a escola x profissionalização como uma forma enfrentar o problema da saída da menina para a capital em busca de escola e trabalho e também que o modelo possa servir de exemplo para outros municípios. A estratégia consiste em trabalhar com todas as estruturas já existentes no município em parceria com as Secretaria Municipal de Educação - SEMEC, apenas adequando a sua metodologia de ensino e estimulando a utilização dos recursos humanos e físicos como também a vocação econômica do município. Esta estratégia se dá pelo fato de que em pesquisa qualitativa realizada em 2000 pelo CEDECA-Emaus com o apoio da Save the Children e UNICEF, as meninas apontam a falta de escola profissionalizante e de alternativas de educação para a sua saída do município para o trabalho doméstico na capital. Envolver as meninas e seus familiares em um processo de educação combinado com profissionalização estimulará sua permanência em seu local de origem.

As estratégias do programa de ação visam , principalmente, construir uma combinação de ações que estimulem organizações do poder público, da sociedade, da comunidade a perceberem os malefícios do trabalho infantil doméstico e possam estruturar espaços para reagir de forma preventiva e também curativa ao problema posto.

O programa de ação buscará desenvolver ações diretas de atendimento ao público beneficiário, como também, estimular o reordenamento institucional das entidades de atendimento no sentido de estarem aptas ao enfrentamento do trabalho infantil doméstico, como também, garantir o atendimento legal às adolescentes em idade laboral que são trabalhadoras domésticas e não têm seus direitos garantidos.

Nesse sentido o programa de ação prevê duas formas de intervenção:

- 1- Ação direta: Assistência às meninas beneficiárias utilizando programas existentes na rede pública, estímulo à profissionalização e a educação formal, estímulo à geração de renda alternativa às famílias do público beneficiário, atendimento legal às adolescentes em idade laboral, para possibilitar o retido das que se encontram em situações inaceitáveis e proteção transitória das que estão em idade legal para trabalhar.
- 2- Ação de desenvolvimento Institucional - Capacitações de agentes de organizações governamentais e não governamentais; estruturação de equipe coordenadora na agência executora, sensibilização da comunidade, formação de técnicos e de gestores em uma comunidade de origem das meninas trabalhadoras domésticas, sensibilização de gestores municipais e estaduais para promoverem o reordenamento dos espaços de atendimento.

O programa será iniciado com as ações de fortalecimento institucional, buscando estabelecer uma rede de atendimento e articulação permanente, desde já sensibilizando o poder público local, com apoio de todos os parceiros locais, pela continuidade do atendimento e intervenção direta após o encerramento deste programa.

As ações de intervenção direta serão desenvolvidas utilizando ao máximo as estruturas existentes, adequando-as aquelas que assim necessitarem e estimulando a criação, pelo estado, daquelas não existentes.

Para que o êxito das estratégias seja verificado foi estruturada uma ampla rede de organizações parceiras que compõem um comitê de acompanhamento de todo o programa, como também, o compromisso do poder público municipal em pactuar seus programas para o atendimento as meninas TIDs. Esse compromisso foi celebrado em carta de adesão ao programa com a assinatura de todos os envolvidos. As organizações envolvidas estão descritas no item 3.

1.3 - SUSTENTABILIDADE

A principal estratégia de sustentabilidade do programa é não criar estruturas que não possam ser mantidas sem o recurso do programa. Isso se constituirá a partir da sensibilização das organizações e inclusão do problema em suas políticas de atendimento.

Nesse sentido, o que se buscará fortalecer em todo o desenvolvimento do programa é com que a rede de atendimento, tanto governamental como não governamental, adapte as suas estruturas de atendimento à nova demanda, disponibilizando recursos orçamentários para tal fim.

Já foi verificado, no andamento da construção da rede de parcerias, que há uma vontade política de adesão ao programa o que facilitará, inclusive, o processo de sensibilização e participação nas oficinas sobre a temática.

Os gestores da política de educação e assistencial social já aderiram ao programa inclusive já disponibilizando técnicos para participarem do desenvolvimento do programa, procurando adquirir conhecimento para a adaptação da rede de atendimento.

Dessa forma, pretende-se que após o encerramento do programa todas as atividades de atendimento das adolescentes sejam assumidas pelo órgão público.

Quanto à escola de Alternância, a proposta não é de construção de estruturas pesadas, mas sim de readequação das estruturas já existentes no município de origem, buscando sensibilizar os gestores do município para a implantação de modelos escolares mais atraentes às meninas.

Como se pode ver, todo o programa já foi construído na perspectiva de que este só é um meio de iniciar a discussão, sensibilizando as organizações, construindo fluxos de atendimento e incentivando o poder público a assumir seu papel frente às normas nacionais e internacionais vigentes no Brasil.

A organização executora continuará, após o fortalecimento implementado pelo programa, a monitorar as ações de enfrentamento com seus próprios recursos, até que seja demonstrado que o problema entrou em declínio dentro da realidade de Belém.

2. GRUPOS BENEFICIÁRIOS

2.1. CRIANÇAS E ADOLESCENTES TRABALHADORAS DOMESTICAS

2.1.1. Caracterização

No estudo realizado pelo CEDECA com o apoio da Save the Children e do UNICEF antes mencionado, de corte qualitativo, e os avanços do RAS em fase de conclusão pelo CEDECA permite afirmar que:

As crianças trabalhadoras domésticas estão inseridas em famílias com baixa renda, com um nível de escolaridade muito baixo e uma grande parte apenas reproduz a história já vivida pela mãe.

A pobreza presente no espaço geo-social das meninas se constitui em um dos principais motivos para a saída da família de origem, agregando outros elementos como, a organização ou reorganização familiar, o abandono, a violência e a busca pelo estudo.

No norte do Brasil, que tem como característica marcante na sua economia o extrativismo, tem também como problema a falta de acesso à educação, cultura, e de geração de rendas alternativas para as famílias das regiões rurais que acabam por estimular a vinda de crianças e adolescentes para o meio urbano, na perspectiva de uma melhora no acesso aos

direitos básicos. Essa migração acaba por incentivar a inclusão de crianças e adolescentes no trabalho doméstico “disfarçado” de acolhimento assistencial por famílias do centro urbano.

Muitas crianças assumem todas as tarefas domésticas na sua própria casa, pelo motivo de que os adultos saem para o trabalho e as crianças menores de idade, por ausência ou insuficiência de políticas para a educação infantil, acabam por tornarem-se os “trabalhadores domésticos familiares” assumindo tarefas só adequadas ao adulto como: cuidar dos irmãos menores, da higiene da casa, do preparo da alimentação, da higiene da roupa da família, etc.

O fenômeno da migração em busca de melhores condições de acesso às políticas básicas também atinge um grupo de adolescentes que, apesar de já estar em idade laboral, acaba por sofrer o disfarce da relação de trabalho como apenas “apoio assistencial” da família empregadora e se submetendo a todas as formas de exploração até mesmo por acabar perdendo o contato com a sua família de origem.

Nesse intrincado problema também são encontrados meninos, apesar de em número bem menor, mas que também são sujeitos às formas de exploração.

2.1.2 Numero de meninos e meninas TID's beneficiados diretos

- 130 crianças e adolescentes menores de 16 anos; que estão no trabalho doméstico;
- 91 adolescentes exploradas no trabalho na faixa etária de 16 a 18 anos; que apesar de já estarem na idade laboral, não estão com seus direitos legais respeitados, ou são sujeitos de qualquer tipo de violência no mundo do trabalho doméstico;
- 78 pais cujos filhos estejam no trabalho doméstico ou envias de ingressarem no trabalho doméstico;

2.2. Beneficiários indiretos

Os beneficiários indiretos se dividem em quatro grandes grupos:

1. Os irmãos das TID's.

Considerando que o IBGE estima que a família brasileira tem em media três filhos, para cada família que tenha condições de evitar que seus filhos trabalhem, se poderá prevenir que mais dois dos seus filhos ingressem no mercado laboral.

2. A comunidade municipal em geral:

Ao fortalecer as instituições e organizações que prestam serviços no tema do trabalho infantil, trabalho, defesa de direitos do cidadão, a comunidade de Belém e da comunidade de origem, assim como os jovens de 18 a 25 anos que estão no trabalho desde criança e que ainda são explorados ou seus direitos violados terão melhores serviços e possibilidades de acesso a eles.

3. Integrantes do comitê assessor e instituições parceiras:

Dentro de uma metodologia de ação / participação o status de envolvimento nem sempre é estático, por tal motivo também se encontraram na lista de organizações e instituições de beneficiários indiretos no âmbito do fortalecimento institucional algumas que participam do comitê assessor, já que em algumas atividades serão colaboradores e em outras beneficiárias, como se poderá apreciar no item 5.

01. Sindicato das Trabalhadoras Domésticas Arrumadores e Camareiras dos Municípios de Belém e Ananindeua; (Não governamental)
02. Escola de Ensino Fundamental Cidade de Emaús;(Não governamental)
03. Ministério Público do Trabalho; (Governamental)
04. Delegacia Regional do Trabalho; (Governamental)
05. Câmara de Diretores Lojistas; (Instituição Privada)
06. Sistema Rômulo Maiorana de Comunicação; (Instituição privada)
07. Instituto Universidade Popular; (Não governamental)
08. FUNCAP (Fundação da Criança e do Adolescente do Pará-Governamental)
09. FUNPAPA (Fundação Papa João XXIII- Assistência do Município de Belém-Governamental)
10. Escolas Estaduais de Ensino Fundamental "José Veríssimo" e "Acatauassu Nunes" (Governamental)
11. Centro Social Vicenta Maria (Não governamental)
12. SETEPS-(Secretaria do Trabalho e Promoção Social-Governamental)
13. GEPIA- Grupo de Estudos e Pesquisa da Infância e Adolescência da Universidade Federal do Pará- Governamental
14. Ministério do Trabalho e Emprego – FUNDACENTRO (Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Medicina e Segurança do Trabalho)
15. Conselhos Tutelares de Belém (Organização da Comunidade)
16. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belém (organização responsável pela deliberação de políticas na área da infância)
17. Conselho Tutelar do Município do Marajó (Organização da Comunidade)
18. Conselho Municipal do Município do Marajó (Deliberação de Políticas na Área da infância)
19. Forum (Comitê para a Erradicação do Trabalho Infantil)
20. Associação de Supermercados do Estado do Pará (Instituição Privada)
21. Prefeitura Municipal de Belém (Gestor Municipal)
22. Prefeitura Municipal do município do Marajó (Gestor Municipal)

3 - MARCO INSTITUCIONAL

3.1. CENTRO DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - Emaús (CEDECA - Emaús)

Expressão do Movimento República de Emaús, entidade não-governamental sediada em Belém do Pará, é o primeiro Centro de Defesa criado no Brasil (em 1983), como resposta jurídica-social às violações dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Atualmente o CEDECA Emaús trabalha no enfrentamento da impunidade, violência institucional, trabalho infantil e exploração sexual e na garantia dos direitos dos adolescentes em conflito com a lei. O Centro atua na defesa jurídico-social, na mobilização da sociedade e das instituições para a garantia dos direitos, na formação da opinião pública e capacitação de representantes da sociedade civil e agente de atendimento, na elaboração de políticas públicas nos conselhos paritários e intervenção nas ações federais relacionadas à garantia dos direitos de crianças e adolescentes.

As ações do Centro de Defesa são executadas a partir de um planejamento estratégico com vigência bienal e monitoradas trimestralmente.

O Centro de Defesa investe no fortalecimento da sociedade civil, na autogestão de direitos, através da organização, formação e capacitação de jovens em núcleos de defesa e de conselheiros de direitos e tutelares.

Como forma de articular as experiências para controlar e influenciar a ação governamental para que esta seja justa e sustentável, O CEDECA - Emaús participa do Fórum da Amazônia Oriental, elaborando junto com outras entidades relatórios sobre a situação e desenvolvimento do Estado, chamado de Observatório da Cidadania. Esta estratégia é uma forma de estar garantindo um trabalho em rede e sem desvincular a defesa dos direitos infanto-juvenis da defesa do meio ambiente, da defesa dos direitos da mulher, das populações indígenas.

O enfrentamento do Trabalho Infantil é um dos problemas prioritários defendidos pelo CEDECA-Emaús. Como uma das estratégias de ação foi criada a rede MOARA (Rede Regional de articulação para o enfrentamento do trabalho infantil no norte do Brasil) que aglutina entidades nos 07 Estados da Região Norte e que tem, como principal atividade, a produção de subsídios para conselhos, ONG's, OG's e outros, assim como, divulgar programas exitosos de enfrentamento do problema subsidiando os gestores municipais para a erradicação do trabalho infantil.

O trabalho infantil doméstico passou a ser uma das prioridades do CEDECA - Emaús a partir de 1997, pelo aumento de denúncias da exploração desse tipo de trabalho e a verificação de que não havia programas de suporte para esse grupo de meninas exploradas.

Em 1998, o CEDECA passou a realizar estudos e discussões sobre o assunto. Em 1999, participou de uma reunião técnica organizada por Save the Children, OIT e UNICEF, em Lima, no Peru e, se apropriou das discussões na América Latina, passando a fazer parte da criação e gestão do GRUPO TÊMÁTICO SOBRE TRABALHO INFANTIL DOMÉSTICO anexado ao FORUM Nacional no Brasil que traçou as linhas de enfrentamento do problema.

Em 2000, para dar suporte às discussões, o CEDECA-Emaús, com apoio de Save The Children e UNICEF, realizou um estudo de caso envolvendo 16 meninas para conhecer a sua história de vida e, a partir de então, passou a ter mais subsídios para intervir, elaborou um plano estratégico e montou uma rede de parceiros para enfrentar o problema.

O Centro de Defesa conta hoje com 09 técnicos (advogados, assistentes sociais, sociólogos, pesquisadores) 02 educadores, 03 na área administrativa, 07 bolsistas estagiários.

A instituição terá como principal tarefa desenvolver todo o programa de intervenção, administrando os recursos, organizando as atividades, construindo parcerias, elaborando relatórios de acompanhamento e realizando prestações de contas.

Pode-se dizer que o CEDECA - Emaús foi a primeira organização a se propor a trabalhar o enfrentamento sistemático do TID como uma perspectiva de prevenção e erradicação dessa forma de trabalho. O acumulo obtido desde 1997, com pesquisas realizadas, articulações construídas, como também, o acesso que o CEDECA-Emaús possui junto aos órgãos públicos Municipais e Estaduais propiciam a ser a entidade que mais se adequa a ser a executora do programa.

3.2. Instituições Colaboradoras.

Cada instituição desde sua competência apoiará o PA, disponibilizando seus serviços a população beneficiária, assessorando o desenvolvimento do programa, monitorando as atividades, promovendo ações políticas e de mobilização direcionadas ao tema do TID ou vigiando o cumprimento dos compromissos e deveres das instituições responsáveis.

FUNPAPA - FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII - Fundação do município de Belém responsável pela política de assistência social, que integra a REDE de atendimento a criança e adolescente

de Belém. Disponibilizará o atendimento em abrigo, apoio assistencial e psicológico, como toda a estrutura assistencial em Belém. Integra o comitê assessor de todo o programa de ação.

DRT - DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO - Responsável pela fiscalização das normas trabalhista. Possui um núcleo de acompanhamento do trabalho infantil e participará do comitê assessor e avaliador do programa.

SINDICATO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS DE BELÉM - Responsável pela defesa das trabalhadoras domésticas, defesa legal das trabalhadoras na luta contra a exploração. Integra o comitê assessor.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Responsável pela fiscalização do cumprimento da lei. É receptor das denúncias de violação dos direitos das crianças. Integrará o comitê assessor e será ponto de referência para o atendimento legal.

SETEPS - Secretaria de Trabalho e Promoção Social do Estado do Pará - Coordena a política de assistência social no estado do Pará e integra o comitê assessor do programa.

CÂMARA DE DIRETORES LOJISTAS - Responsável pela mobilização dos empresários paraenses no enfrentamento do trabalho doméstico.

ASPAS - Associação dos Supermercados do Pará - Responsável por um dos componentes da profissionalização.

FUNCAP - Fundação da Criança e do Adolescente do Pará - Responsável pela execução das medidas socioeducativas e de proteção à criança e ao adolescente, e assessorará o programa.

GEPIA - Grupo de Estudos e Pesquisa da Infância e Adolescência responsável por assessorar o desenvolvimento do programa.

CENTRO SOCIAL VICENTA MARIA - Organização que acompanha meninas, responsável por acompanhar o programa e ceder espaços para o desenvolvimento do processo de formação.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO - Responsável pela Fiscalização da lei. Realizará a recepção de denúncia de violência contra crianças e adolescentes.

SECON - SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA. Responsável por ações de geração de renda no município de Belém e disponibilização dos programas de geração de renda.

SEMEC - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Responsável pela política de educação e disponibilização do serviço educativo.

UNICEF - Save the Children - FORUM ESTADUAL - Integram o comitê de coordenação e colaboraram na organização e capacitação da equipe técnica, na montagem da rede de apadrinhamento, nas negociações com as organizações empresariais para a profissionalização das TID maiores de 16 anos, na análise e avaliação do modelo de escola de alternância e no monitoramento dos compromissos e das responsabilidades das entidades públicas.

4. OBJETIVOS

4.1. Objetivo de desenvolvimento:

- Contribuir para prevenção e erradicação do trabalho infantil doméstico no Pará.

4.2. Objetivos Imediatos:

- Ao final do projeto, instituições governamentais, não-governamentais e privadas a nível local e estadual envolvidas no enfrentamento do TID.
- Ao final do projeto 80% das crianças e adolescentes identificadas como beneficiárias diretas terão sido retiradas das condições de exploração do trabalho e terão sido incluídas em serviços de educação, saúde, profissionalização, psicossocial, legal, lazer e cultura com suas famílias apoiadas.

5. PRINCIPAIS ATIVIDADES E PRODUTOS

OBJETIVO IMEDIATO 1: Ao final do projeto, instituições governamentais, não governamentais e privadas a nível local e estadual envolvidas no enfrentamento do TID.

Produto 1.1: Instituições governamentais, não governamentais e privadas sensibilizadas para a incorporação do tema do TID nas suas políticas e programas.

Atividade 1.1.1: Realizar dois eventos de formação para Conselheiros de Direito e Conselheiros Tutelares, gestores de organizações governamentais e não governamentais, professores, Ministério Público.

Atividade 1.1.2: Realizar 2 eventos de sensibilização para técnicos e profissionais da DATA-IML - Instituto Médico Legal, advogados, Assistentes Sociais, Centro de Defesa, SOS Criança, Funpapa, Agentes Comunitários de Saúde.

Atividade 1.1.3: Realizar um curso para lideranças sindicais do Sindicato de Trabalhadores Domésticos, Educação, Condomínios, Centrais Sindicais.

Atividade 1.1.4: Publicar matérias jornalísticas sobre TID e disseminá-las amplamente a nível local e estadual

Atividade 1.1.5: Elaborar peças de marketing para sensibilização de empresários, patroas, público em geral.

Atividade 1.1.6: Distribuir Kit de mobilização para públicos de organizações governamentais, não governamentais, lideranças populares, educadores com informações conceituais de enfrentamento, legislação, dicas sobre o que fazer em diferentes situações.

Produto 1.2: Equipe técnica executora do CEDECA instrumentalizada e acompanhando todo o desenvolvimento do projeto

Atividade 1.2.1: Constituir equipe executora do PA

Atividade 1.2.2: Definir as tarefas da equipe executora do PA.

Atividade 1.2.3: Capacitar a equipe executora do PA

Atividade 1.2.4: Disponibilizar estrutura com computador, linha telefônica e internet para todo o desenvolvimento do projeto.

Produto 1.3: Experiência registrada, publicada e disseminada a nível local, estadual.

Atividade 1.3.1 : Registrar fotograficamente e por escrito todas as atividades realizadas.

Atividade 1.3.2: Produzir textos com o relato das experiências desenvolvidas.

Atividade 1.3.3: Editorar e publicar o documento elaborado.

Atividade 1.3.4: Distribuir o material publicado.

OBJETIVO IMEDIATO 2: Ao final do Projeto, as crianças e adolescentes identificadas como beneficiárias diretas terão sido retiradas das condições de exploração do trabalho, terão sido incluídas em serviços de educação, saúde, profissionalização, psicossocial, legal, lazer e cultura com suas famílias apoiadas.

Produto 2.1: 130 Trabalhadoras Infantis Domésticas identificadas, menores de 16 anos, retiradas do emprego e incluídas em serviços de educação, saúde, psicossocial, legal, lazer e cultura.

Atividade 2.1.1: Mapear os serviços de atendimento social disponibilizados para atendimento a esse público alvo como abrigos, programas de cultura e lazer, atendimento a saúde, educação, entre outros.

Atividade 2.1.2: Montar com o Conselho Tutelar e diretores de escolas instrumentos de monitoria, de comparecimento e êxito na escola e nos outros serviços disponibilizados.

Atividade 2.1.3: Mobilizar os pais das TID's menores de 16 anos no acompanhamento dos seus filhos nos serviços disponibilizados.

Atividade 2.1.4: Encaminhar e acompanhar TID's menores de 16 anos aos programas de promoção social disponibilizados a nível local por organizações governamentais, não governamentais e privadas de saúde, educação, psicossocial, legal, lazer e cultura.

Atividade 2.1.5: Monitorar todo o processo de prestação de serviços as 130 TID's menores de 16 anos.

Produto 2.2: 91 adolescentes trabalhadoras domésticas maiores de 16 anos e menores de 18 anos incluídas em serviços e programas de educação, saúde, profissionalização, lazer, cultura e apoio psicossocial.

Atividade 2.2.1: Mapear os cursos profissionalizantes existentes a nível local a serem disponibilizados a esse público alvo.

Atividade 2.2.2: Realizar 03 encontros preparatórios à educação profissional com temas de estética, reciclagem de roupas e calçados, relações de gênero, corporalidade, higiene e sexualidade, cidadania, direitos trabalhistas.

Atividade 2.2.3: Montar uma rede de apadrinhamento as adolescentes de apoio e financiamento de cursos profissionalizantes que não são disponibilizadas pela rede pública.

Atividade 2.2.4: Estabelecer acordos com organizações empresariais de concessão de vagas de treinamento nas empresas para adolescentes maiores de 16 anos.

Atividade 2.2.5: Incluir as adolescentes no atendimento.

Atividade 2.2.6: Incluir as adolescentes na análise do Plano de Ação e propor as adequações necessárias.

Atividade 2.2.7: Assessorar as adolescentes na produção de suas histórias de vida.

Produto 2.3: 100% das crianças e adolescentes identificadas em situação de exploração no TDI com atendimento legal para restauração de seus direitos, garantidos.

Atividade 2.3.1: Estabelecer com o Ministério Público do Trabalho e Sindicato das Trabalhadoras Domésticas critérios de atendimento legal e o fluxograma desse atendimento

Atividade 2.3.2: Encaminhar as crianças e adolescentes para o atendimento.

Atividade 2.3.3: Registrar todo o atendimento realizado e produzir relatório do acompanhamento.

Produto 2.4: Crianças, adolescentes e famílias atendidas no modelo de escola de alternância em seu município de origem.

Atividade 2.4.1: Analisar os modelos de escola de alternância já desenvolvidos no Brasil

Atividade 2.4.2: Construir a proposta pedagógica da escola de alternância.

Atividade 2.4.3: Definir o município de origem conforme critérios previamente estabelecidos.

Atividade 2.4.4: Apresentar a proposta ao Secretário de Estado de Educação, ao Gestor Municipal e seus assessores.

Atividade 2.4.5: Conseguir a assinatura de Carta de Adesão do Secretário e Gestor Municipal ao programa de escola de alternância.

Produto 2.5: Um Conselho de Direito e Conselho Tutelar do município de origem funcionando e com estrutura capaz de monitorar o desenvolvimento da Escola de Alternância.

Atividade 2.5.1: Equipar o Conselho Tutelar com computador e linha telefônica.

Atividade 2.5.2: Capacitar os Conselheiros de Direito e Conselheiros Tutelares sobre a temática do TID e o funcionamento da Escola de Alternância.

Produto 2.6: Famílias, crianças e adolescentes do município de origem participando da Escola de Alternância, através dos cursos regulares, profissionalizantes e geração de renda alternativa.

Atividade 2.6.1: Definir os critérios de inclusão das famílias, crianças e adolescentes que participarão da Escola de Alternância.

Atividade 2.6.2: Disponibilizar na Escola de Alternância os programas profissionalizantes e de geração de renda alternativa.

Atividade 2.6.3: Acompanhar pela Ação Social do município e Conselho Tutelar o desempenho das famílias na Escola de Alternância.

Produto 2.7 Crianças e adolescentes participando de grupos de protagonismo juvenil de acompanhamento e avaliação do desempenho da Escola de Alternância.

Atividade 2.7.1: Identificar nas escolas do município de origem, crianças e adolescentes com liderança natural e que tenham alguma relação de vida com o trabalho doméstico.

Atividade 2.7.2: Apresentar as crianças e adolescentes o projeto da Escola de Alternância, discutir a problemática do TID e elaborar um plano de acompanhamento e monitoria pelas mesmas.

Atividade 2.7.3: Disponibilizar todos os relatórios da Escola de Alternância aos grupos de crianças e adolescentes protagonistas.

Atividade 2.7.4: Registrar a experiência de monitoria realizada pelas crianças e adolescentes.

Produto 2.8.: 78 famílias de Belém com acesso ao treinamento de geração de renda garantido e compreendendo os malefícios do TID.

Atividade 2.8.1: Realizar visitas às famílias.

Atividade 2.8.2: Identificar parceiros institucionais e discutir com eles o plano de treinamento de geração de renda alternativa.

Atividade 2.8.3: Capacitar grupos de familiares quanto ao TID.

Atividade 2.8.4: Sistematizar a experiência de geração de renda alternativa.

6 - INDICADORES

Objetivo Imediato No. 1:

Ao final do projeto, instituições governamentais, não governamentais e privadas a nível local e estadual envolvidas no enfrentamento do TID.

- Número de instituições que participaram nos eventos de sensibilização.
- Número de funcionários capacitados e trabalhando no tema.
- Número de instituições envolvidas no enfrentamento do trabalho infantil doméstico;
- Número de instituições incluído o TID em seus planos de ação;
- Número de serviços disponibilizados nos temas de educação, saúde, profissionalização, psicossocial, legal, lazer e cultura para as TID's.

Objetivo Imediato No. 2:

Ao final do Projeto, crianças e adolescentes identificadas como beneficiárias diretas terão sido retiradas das condições de exploração do trabalho e terão sido incluídas em serviços de educação, saúde, profissionalização, psicossocial, legal, lazer e cultura com suas famílias apoiadas.

- Número de crianças retiradas do TID;
- Número de crianças e adolescentes atendidas no programa de ação nos serviços de educação, saúde, profissionalização, psicossocial, legal, lazer e cultura para as TID's;
- Número de crianças, adolescentes e famílias identificadas no município de origem participando no modelo de Escola Alternativa.
- Números de famílias informadas sobre os malefícios do TID;
- Número de famílias incluídas no programa de geração de renda alternativa.

7- MONITORIA DO PROGRAMA

Para monitoria, a agência executora terá três estratégias que buscarão envolver a equipe da executora, os colaboradores e o próprio grupo de beneficiários.

A primeira estratégia é constituir um comitê com as instituições governamentais e não governamentais colaboradoras, que em encontros mensais, irão avaliar todo o desenvolvimento do programa, inclusive fazendo as adequações necessárias, para encaminhar a equipe executora suas recomendações e para, dentro das suas próprias competências, tomar as medidas necessárias para a consecução da eficácia do P. A. Uma vez aprovado o PA, no primeiro encontro de definirão as estratégias de coordenação do sistema de monitoramento.

A segunda se constituirá nas reuniões de avaliação e encaminhamento da própria equipe executora, que ocorrerão todos os meses e servirão para analisar os relatórios de ações, providenciar os encaminhamentos do comitê e programar as ações do mês.

A terceira estratégia será a realização de seminários semestrais envolvendo a equipe executora, as organizações parceiras, e representantes do grupo beneficiário, para realizar

uma avaliação mais ampla dos impactos e dos possíveis insucessos, para então fazer adequações possíveis e diminuir os riscos de não obtenção dos resultados.

O IPEC realizará três visitas anuais de monitoramento e avaliação do processo do PA e trimestralmente se apresentará ao IPEC um relatório de progresso e de execução financeira que se culminará na avaliação anual e na avaliação final previstas como elemento conclusivo da auto-avaliação.

Todos os momentos serão registrados e documentados para no final do programa se ter elementos suficientes de avaliação geral que contará com a participação de todos os envolvidos no PA.

8. INSUMOS

*AGÊNCIA EXECUTORA	OIT	SAVE**	UNICEF**	*** PREFEITURA
USD\$ 28.695,65	USD\$ 97,296.00	USD\$ 11.304,35	USD\$ 18.456,52	

* Os insumos da agência executora correspondem a espaço físico, energia elétrica, taxa de água, motorista e automóvel e consultoria técnica e em conjunto com o Centro Assistencial Vicenta Maria a disponibilizarão dos espaços físicos e de profissionais para a preparação das TID's para a profissionalização.

** Os insumos de Save e UNICEF priorizarão o monitoramento, a rede de apadrinhamento, análise dos modelos de escola de alternância, o fluxograma de atendimento e a assessoria das TID's para a elaboração das suas histórias de vida.

*** Os insumos da Prefeitura serão a prestação dos serviços de saúde, educação, geração de renda, lazer, cultura, abrigo no caso de necessidade e em conjunto com o Sindicato da Domésticas e o Ministério Público do Trabalho a assistência jurídica aos casos que necessitarem.

	UNITARIO	Total USD
01 coordenador técnico do Projeto por 18 meses		
□ Salário : R\$ 855,00 x 18 meses.....R\$ 15.390,00	371.74	6,691.32
□ Imposto sobre serviços – ISS 5% = R\$ 45,00 x 18 mesesR\$ 810,00	19.57	352.26
Sub total.....R\$ 16.200,00		7,043.58
01 Pedagogo		
□ Salário líquido R\$ 527,51 x 18 mesesR\$ 9.495,18	229.35	4,128.30
□ Encargos sociais: (INSS R\$ 55,53) : Vale Transporte R\$ 39,10);		
FGTS (R\$ 50,00) Ticket alimentação (R\$ 100,00) = R\$ 244,63 x 18 meses .R\$ 4.403,34	106.36	1,914.48
13º salário (Salário Bruto R\$ 617,04 - 18 meses- (R\$ 561,51 + 280,75) R\$ 842,26	366.20	366.20
□ INSS 13º R\$ 83,29..... R\$ 83,29	36.21	36.21
□ 1/3 Férias (18 meses R\$ 205,68 + 102,84).....R\$ 308,52	134.14	134.14
□ Indenização 50% R\$50,00 x 18 meses..... R\$ 900,00	21.74	391.32
Soma R\$ 6.537,41		2,842.35
Sub total..... R\$ 16.032,59		6,970.65
01 Assistente Social		

☐ Salário líquido R\$ 527,51 x 18 mesesR\$ 9.495,18	229.35	4,128.30
☐ Encargos sociais:		
INSS (R\$ 55,53) : Vale Transporte R\$ 39,10);		
FGTS (R\$ 50,00) Ticket alimentação (R\$ 100,00); R\$ 244,63 x 18 meses.....R\$ 4.403,34	106.36	1,914.48
☐ 13º salário (Salário Bruto R\$ 617,04 – 18 meses- (R\$ 561,51 + 280,75);.....R\$ 842,26	366.20	366.20
☐ INSS 13º R\$ 83,29.....R\$ 83,29	36.21	36.21
☐ 1/3 Férias (18 meses R\$ 205,68 + 102,84)... R\$ 308,52	134.14	134.14
☐ Indenização 50% 50,00 x 18 meses..... R\$ 900,00	21.74	391.32
Soma R\$ 6.537,41		2,842.35
Sub total..... R\$ 16.032,59		6,970.65
03 estagiários		
Bolsa R\$ 200,00 x 3 x 18 meses..... R\$ 10.800,00	86.96	4,695.84
Vale transporte R\$ 39,10 x 3 x 18 meses.....R\$ 2.111,40	17.00	918.00
Seguro de vida em grupo R\$ 10,00 x 3 x 18 meses R\$ 540,00	4.35	234.90
Soma..... R\$ 2.651,40		1,152.90
Sub total..... R\$ 13.451,40		5,848.74
TOTAL DE PESSOAL..... R\$ 45.180,36		19,643.76
Encargos sociais..... R\$ 16.534,64		7,189.86
TOTAL GERAL..... R\$ 61.715,00		26,833.62
EQUIPAMENTO NÃO CONSUMIVEL		
02 COMPUTADORES COM IMPRESSORA..... R\$ 6.000,00	2,608.70	2,608.70
02 LINHAS TELEFÔNICAS..... R\$ 400,00	173.91	173.91
01 NOTEBOOK..... R\$ 4.000,00	1,739.13	1,739.13
01 CÂMARA DIGITAL R\$ 2.000,00	869.57	869.57
01 RETROPROJETOR..... R\$ 500,00	217.39	217.39
01 FILMADORA R\$ 2.000,00	869.57	869.57
TOTAL DE EQUIPAMENTO.....R\$ 14.900,00	6,478.27	6,478.27
OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO		
Conta telefônica R\$ 150,00 x 18 meses.....R\$ 2.700,00	65.22	1,173.96
Provedor internet R\$ 35,00 x 18 meses..... R\$ 630,00	15.22	273.96
TOTAL DE MANUTENÇÃO..... R\$ 3.330,00		1,447.92
SOMA TOTAL R\$ 79.946,50		34,759.81

ATIV.	INSUMOS	Valor Unitário em USD\$ (2,30)	TOTAL APORTE OIT/IPEC	SAVE	UNICEF	CEDECA	PREFEITUR A	TOTAL P. A.
R-1.1	02 EVENTOS FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS, GESTORES, PROFESSORES, MINISTÉRIO PÚBLICO							
A-1.1.1	Assessoria: 2 ev x 2 d x 2 p - R\$ 25,00 x	10.87	695.68					695.68

	16h x 2 pessoas x 2 ev						
	Aluguel de espaço - R\$ 200,00	86.96	86.96				86.96
	Aluguel de Equipamento R\$ 350,00	152.17	152.17				152.17
	Registros R\$ 200,00	86.96	86.96				86.96
	Alimentação: R\$ 10,00 x 25 pessoas x 2 dias x 2 encontros	4.35	435.00				435.00
	Material pedagógico R\$ 300,00 x 2 enc.	130.43	260.86				260.86
	Filme e revelação R\$ 50,00 x 2 enc.	21.74	43.48				43.48
	Vale transporte R\$ 0,85 x 200 x 2 enc.	0.37	148.00				148.00
	Subtotal		1,909.11				1,909.11
							0.00
A-1.1.2	02 EVENTOS SENSIBILIZAÇÃO PARA 50 TÉCNICOS (25 ca)		0.00				0.00
	Assessoria: 2 ev x 2 d x 2 p - R\$ 25,00 x 16h x 2 pessoas x 2 ev	10.87	695.68				695.68
	Aluguel de espaço - R\$ 200,00	86.96	86.96				86.96
	Aluguel de Equipamento R\$ 350,00	152.17	152.17				152.17
	Registros R\$ 200,00	86.96	86.96				86.96
	Alimentação: R\$ 10,00 x 25 pessoas x 2 dias x 2 encontros	4.35	435.00				435.00
	Material pedagógico R\$ 300,00 x 2 enc.	130.43	260.86				260.86
	Filme e revelação R\$ 50,00 x 2 enc.	21.74	43.48				43.48
	Vale transporte R\$ 0,85 x 200 x 2 enc	0.37	148.00				148.00
	Subtotal		1,909.11				1,909.11
							0.00
A-1.1.3	01 CURSO PARA LIDERANÇAS SINDICAIS						0.00
	Assessoria: 01 ev x 2d x 2 p - R\$ 25,00 x 16h x 2 pessoas	10.87	347.84				347.84
	Aluguel de espaço	86.96	86.96				86.96
	Aluguel de equipamento	152.17	152.17				152.17
	Registros	86.96	86.96				86.96
	Alimentação: R\$ 10,00 x 30 pessoas x 2 dias	4.35	261.00				261.00
	Material pedagógico R\$ 300,00	130.43	130.43				130.43
	Filme e revelação	21.74	21.74				21.74
	Vale transporte R\$ 0,85 x 200	0.37	74.00				74.00
	Subtotal		1,161.10				1,161.10
A-1.1.4	MATÉRIAS JORNALÍSTICAS						0.00
	Jornalista (serviços prestados)	608.70	608.70				608.70
	Diárias R\$ 80,00x 3 dias x 2 matérias.	34.78	208.68				208.68
	Transporte	434.78	434.78				434.78
	Filme e revelação R\$ 50,00 x 2 matérias .	21.74	43.48				43.48
	Subtotal		1,295.64				1,295.64
A-1.1.5	PRODUÇÃO DE PEÇAS DE MARKETING PARA SENSIBILIZAÇÃO						0.00
	Produção de peças	3,913.04	3,913.04				3,913.04
	Subtotal		3,913.04				3,913.04
							0.00
A-1.1.6	DISTRIBUIÇÃO DO KIT DE MOBILIZAÇÃO						0.00
	Correio	391.30	391.30				391.30
	Subtotal		391.30				391.30
R-1.2	CONSTITUIÇÃO DA EQUIPE DO PROJETO						0.00
A-1.2.1							0.00
1.2.2							0.00
1.2.3							0.00

1.2.4							0.00
	Subtotal						0.00
R-1.3	REGISTRO ESCRITO E FOTOGRÁFICO DE TODAS AS ATIVIDADES REALIZADAS (Marajó)						0.00
A-1.3.1	Material de consumo R\$ 50,00 x 18 meses	21.74	391.32				391.32
	Xerox R\$ 0,10 x 500 x 6 trimestres	0.04	120.00				120.00
	Transporte intermunicipal R\$ 50,00 x 2 pessoas x 6 trimestres	21.74	260.88				260.88
	Subtotal		772.20				772.20
A-1.3.2	PRODUÇÃO DE TEXTO COM RELATO DAS EXPERIÊNCIAS						0.00
	Digitador R\$ 900,00	391.30	391.30				391.30
	Produção R\$ 4.100,00	1.782.61	1.782.61				1.782.61
	Subtotal		2.173.91				2.173.91
A-1.3.3	EDITORAR E PUBLICAR O DOCUMENTO PRODUZIDO						0.00
	Produção Gráfica R\$ 5.000,00	2.173.91	2.173.91				2.173.91
	Subtotal		2.173.91				2.173.91
A-1.3.4	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL PUBLICADO						0.00
	Correio R\$ 300,00	130.43	130.43				130.43
	Subtotal		130.43				130.43
R-2.1	MAPEAMENTO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO						0.00
A-2.1.1	Subtotal		0.00			Prefeitura	0.00
							0.00
A-2.1.2	MONTAR COM C.TUTELAR INSTRUMENTO DE MONITORIA (01 reunião)						0.00
	Vale transporte R\$ 0,85 x 100 = 85,00	0.37	37.00				37.00
	Material de consumo R\$ 100,00	43.48	43.48				43.48
	Lanche R\$ 1,50 x 30	0.65	19.50				19.50
	Assessoria 16h x R\$ 25,00 x 1 pessoa	10.87	173.92				173.92
	Xerox R\$ 0,10 x 1.000	0.04	40.00				40.00
	Subtotal		313.90				313.90
A-2.1.3	MOBILIZAÇÃO DOS PAIS DOS TID's MENORES DE 16 ANOS (Belém x Marajó)						0.00
	Vale transporte R\$ 0,85 x 2x 100 x 6 trimestres	0.37	444.00				444.00
	Diárias R\$ 80,00 x 3dias x 2 pessoas x 6 trimestres	34.78	1.252.08				1.252.08
	Lanche R\$ 1,50 x 30 x 2 dias x 6 trimestres	0.65	234.00				234.00
	Transporte intermunicipal R\$ 50,00 x 2 x 6 trimestres	21.74	260.88				260.88
	Subtotal		2.190.96			Prefeitura	2.190.96
A-2.1.4	ENCAMINHAR E ACOMPANHAR TID's MENORES DE 16 ANOS						0.00
	Vale transporte R\$ 0,85 x 100/mês x 18 meses	0.37	666.00				666.00
	Material de consumo R\$ 100,00/ mês x 18 meses	43.48	782.64				782.64
	Subtotal		1.448.64			Prefeitura	1.448.64
A-2.1.5	MONITORAR PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS						0.00
	Vale Transporte R\$ 0,85 x 500 = 425,00	0.37	185.00				185.00
	Material de consumo R\$ 100,00	43.48	43.48				43.48
	Xerox R\$ 0,10 x 1.500 = 150,00	0.04	60.00				60.00
	Subtotal		288.48				288.48
R-2.2	MAPEAMENTO DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES						0.00
A-2.2.1	Material de consumo R\$ 100,00	43.48	43.48				43.48